

# PROTECÇÃO INTERNACIONAL

## ENQUADRAMENTO LEGAL PORTUGUÊS



# Em que consiste a protecção internacional aos refugiados?

A acção por parte da comunidade internacional, fundada no Direito Internacional, com o objectivo de proteger os direitos fundamentais de uma categoria específica de pessoas, que se encontram fora do seu país de origem, não beneficiando da sua protecção: os refugiados.

Normalmente os cidadãos procuram junto das autoridades do país de origem a garantia e protecção dos seus direitos, incluindo a sua segurança física.

A protecção internacional torna-se necessária quando essa protecção nacional não existe, porque o país de origem não quer, ou não pode, proteger aquela pessoa.

A comunidade internacional tem então o dever de reconhecer essa situação de facto, garantindo a protecção internacional como um substituto temporário à protecção nacional

# Protecção Internacional

“As violações de direitos humanos constituem a maior causa de fuga dos refugiados, bem como um obstáculo para o seu retorno voluntário e em segurança. Garantir e proteger os direitos humanos nos países de origem é assim fundamental não só para a prevenção como para a solução dos problemas dos refugiados. Respeitar os direitos humanos é igualmente essencial para a protecção dos refugiados nos países de acolhimento”



Sadako Ogata  
Alta Comissária das NU  
para os Refugiados  
1990-2000



# Protecção Internacional

A protecção internacional dos refugiados assenta em duas vertentes fundamentais:

- Jurídica: redacção de instrumentos convencionais, extra-convencionais e domésticos, definindo o conceito de refugiado e qual o seu estatuto jurídico;
- Institucional: estabelecimento de organizações com mandato específico de assistência e protecção dos refugiados.



Portugal assinou e ratificou a **Convenção de Genebra de 1951** pelo DL 43201, de 1 de Outubro de 1960.

Em 1975, através do Decreto 207/75, de 17 de Abril de 1975, aderiu ao **Protocolo de Nova Iorque de 1967** sem quaisquer reservas.

## Constituição da República Portuguesa

### Artigo 33.º

(Expulsão, extradição e direito de asilo)

8. É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana.

9. A lei define o estatuto do refugiado político.



## Lei de Asilo 27/2008 , de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei 26/2014 de 5 de Maio

A Lei de Asilo 27/2008, de 30 de Junho foi recentemente alterada pela Lei n.º 26/2014, de 5 de Maio, devido à obrigatoriedade de transposição para a ordem jurídica nacional das Directivas do Conselho da UE de Qualificação, de Procedimento e de Acolhimento, decorrente do processo de construção do Sistema Europeu Comum de Asilo.

A Lei do Asilo estende a protecção internacional a dois níveis:

- Estatuto de Refugiado (artigo 3º)
- Estatuto de Protecção Subsidiária (artigo 7º)



## Artigo 3º (concessão do direito de asilo)

1. É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência de actividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana.
2. Têm ainda direito à concessão de asilo os estrangeiros e os apátridas que, receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam, ou por esse receio, não queiram voltar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual.



## Definição Refugiado

A definição de refugiado, de cujo reconhecimento resulta a concessão do asilo, comporta os seguintes elementos constitutivos:

- Receio fundado
- Perseguição
- Por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opiniões políticas
- Encontrar-se fora do país de origem
- Ausência de protecção do Estado





# Definição de Refugiado

## Receio Fundado

### Elemento Subjectivo:

Receio, temor, antecipação de temor;

O receio é, por definição, um estado de espírito e uma condição subjectiva. Assim, a determinação do estatuto de refugiado requer uma avaliação da personalidade do requerente, antecedentes pessoais e familiares, as suas experiências ...

Não querer regressar e/ou apresentar pedido de protecção/asilo será indicativo desde logo de temor em regressar



## Receio Fundado

### Elemento Objectivo: fundamentação do receio

- Actualidade do Receio
- Não é necessário perseguição passada.
- Qual o risco de perseguição face à força das convicções? As declarações do requerente não devem ser consideradas em abstracto mas sim analisadas no contexto da situação concreta e antecedentes relevantes
- Importância da pesquisa acerca do país de origem (história, situação dos DH, políticas dos agentes de perseguição e práticas relativamente a pessoas em situação semelhante)

Possibilidade do Receio de Perseguição



# Definição de Refugiado

## Perseguição ou investigação/processo penal?

Para se determinar a existência de perseguição considerar:

- se a acusação pode ser uma forma de perseguição
  - se o dispositivo legal penal pertinente: é discriminatório, ou é usado com o objectivo de perseguir
  - a proporcionalidade do delito/crime e a sentença
  - a existência de processo legal
  - o tratamento na prisão
- se a seriedade do crime leva a aplicabilidade de uma cláusula de exclusão



## Agentes Estatais quando a perseguição

- provém directamente de agentes do Estado, incluindo partidos ou organizações que controlem o Estado ou uma parcela significativa do respectivo território, ou
- é instigada e/ou tem o consentimento das autoridades estatais

**Agentes Não-estatais**, cidadãos actuando na sua capacidade privada ou autoridades de facto



# Definição de Refugiado



## Protecção Subsidiária : Artigos 2º/1, al x ) e 7º Lei do Asilo

Constituem requisitos para a sua concessão:

- O requerente encontrar-se fora do país da sua nacionalidade;
- Não preencher as cláusulas de inclusão do estatuto de refugiado;
- Ausência de protecção do Estado
- Não poder retornar ao seu país de origem devido a:
  - Sistemática violação dos direitos humanos
  - Risco de sofrer ofensa grave (Pena de morte ou execução, Tortura, pena ou tratamento desumano ou degradante, Ameaça grave contra a vida ou integridade física, como resultado de violência indiscriminada, conflito armado internacional ou interno, ou violação generalizada e indiscriminada de DH

Ac STA 0151/03, de 29.10.2003 "Só se estará perante uma "sistemática violação dos DH quando esteja em causa a violação de DH relacionados com a segurança dos cidadãos e que as violações ocorram frequentemente de forma que gerem na generalidade dos residentes nesse país um sentimento de grave insegurança"



**Rapariga**

**Colômbia**

**Jornalista**

**Família Abastada**

**FARC**

**(Frente Armada Revolucionária da Colômbia)**

**Passaporte Falsificado**





DAVID lidera a luta de auto-determinação de uma minoria, no seu país de origem, através de meios pacíficos. A elite no poder considera DAVID um opositor político perigoso.

Há nove meses foi preso durante uma manifestação no centro da capital. DAVID foi detido sem julgamento, não tendo tido acesso a apoio jurídico.

Durante os interrogatórios foi sujeito a várias formas de tortura.

Companheiros de luta organizaram a sua fuga da prisão e levaram-no para uma região montanhosa, localizada no norte do país. DAVID está escondido desde então.

<b>o</b>	<b>Pedidos Protecção Internacional Apresentados</b>	<b>Estatuto de Refugiado</b>	<b>Protecção Humanitária/ Subsidiária</b>
05	102	7	9
06	118	23	7
07	200	2	28
08	161	12	70
09	139	3	45
10	160	6	40
11	275	27	38
12	299	14	97
13	506	13	116
14	442	19	89

**“procedimento único”** : significa que as necessidades de protecção internacional do requerente são analisadas num único processo independentemente da sua motivação - pressupostos reconhecimento estatuto de refugiado e, subsidiariamente, da protecção ...

- **Existem dois procedimentos distintos, em função do local de apresentação do pedido de asilo:**

- Em território nacional (artigos 10º a 22º e 27º a 32º)
- Em postos de fronteira (artigos 23º a 26º)

- Artigos 36º a 40º: procedimento especial de determinação do Estado responsável pela análise do pedido de protecção internacional - Regulamento EU 604/2013, 26 de Junho 2013 (Dublin III).

## Fases Processuais

**Tramitação Acelerada / Fase de Admissibilidade** (art. 19 e 19-A LA): análise sumária do pedido, verificando se este é manifestamente infundado ou inadmissível. Conclui com uma decisão fundamentada de admissão ou de indeferimento liminar / não admissão do pedido por parte do Director Nac SEF

**Instrução** (artigo 28 e segs LA): fase durante a qual o SEF procede a diligências, averiguando “todos os factos cujo conhecimento seja conveniente para uma justa e rápida decisão”

**Recurso Jurisdicional:** À impugnação jurisdicional perante os tribunais administrativos, aplica-se a tramitação e os prazos previstos para a intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias; Regra: efeito suspensivo;

É necessário que o receio fundado de perseguição ou o risco de sofrer ofensa grave exista aquando da saída do país de origem? Art. 8º

Conteúdo do pedido (art. 15º): todos os elementos necessários para justificar o pedido de protecção: identificação, nacionalidade, pedidos anteriores, relato das circunstâncias ou factos que fundamentam a necessidade de protecção, obtido através da prestação de declarações (art. 16º), apresentando documentos de identificação e de viagem, bem como elementos de prova

Apreciação do pedido~(art. 18/1 e 2) b

**PROCESSO  
TERRITÓRIO  
NACIONAL**

**Apresentação do  
pedido de asilo  
(artigo 13º)  
(comunicado ao  
CPR/ACNUR)**

**Parecer  
CPR**

**SEF - Relatório escrito contendo as informações  
essenciais relativas ao pedido  
(notificado ao req. e comunicado ao CPR/ACNUR  
mediante consentimento daquele – possibilidade de  
pronúncia (5 dias)  
(artigo 17º)**

**Decisão  
Fundamentada  
Director Nacional  
SEF  
(com base análise  
artigos 19º e 19º-A)  
(duração: 30 dias)  
(artigo 20º)**

**(comunicada  
CPR/ACNUR  
mediante  
consentim. req)**

**Pedido  
Admitido**

**INSTRUÇÃO**  
Duração: 6 meses,  
prorrogável até 9 meses

Emissão Aut. Resid. Prov.  
(válida por 6 meses,  
renováveis)  
(artigo 27º)

CPR/ACNUR podem juntar  
ao processo relatórios ou  
informações sobre país de  
origem  
(artigo 28º)

**Pedido  
Infundado ou  
Inadmissível**

Notificação req. para  
abandono país no prazo de  
20 dias caso se encontre em  
situação irregular /  
promoção SEF afastamento  
coercivo nos termos do  
regime jur. de entrada,  
permanência, saída e  
afastamento de estrangeiros  
do território nacional  
(artigo 21º)

Possibilidade de  
Impugnação judicial para  
tribunais administrativos no  
prazo de 8 dias **com efeito  
suspensivo**  
(artigo 22º)





**PROCESSO  
POSTOS DE  
FRONTEIRA**  
(artigos 23º a 26º  
da Lei do Asilo)

Apresentação do pedido de  
protecção

(comunicado ao  
CPR/ACNUR, que pode  
entrevistar o requerente)

Req. permanece na Zona  
Internacional do Porto ou  
Aeroporto enquanto aguarda  
decisão SEF

**Parecer  
CPR**

Decisão  
Fundamentada  
Director Nacional  
SEF (7 dias)

(artigo 24º)

(comunicada  
CPR/ACNUR  
mediante  
consentimento req.)

Pedido Admitido

Ou

Por decurso do prazo  
previsto no artigo  
24º/4 sem que o req.  
tenha sido notificado  
da decisão

Entrada em território  
nacional, seguindo-se  
a fase de  
**INSTRUÇÃO**

Pedido Infundado  
ou Inadmissível

Possibilidade de Impugnação  
judicial para tribunais  
administrativos no prazo de 4 dias  
com efeito suspensivo  
(artigo 25º)

Aplicação do regime jurídico de  
entrada, permanência, saída e  
afastamento de estrangeiros do  
território nacional



**PROCESSO  
TERRITÓRIO  
NACIONAL**

**INSTRUÇÃO**

Duração: 6 meses,  
prorrogável até 9 meses

Emissão Aut. Resid. Prov.  
(válida por 6 meses,  
renováveis)  
(artigo 27º)

CPR/ACNUR podem juntar  
ao processo relatórios ou  
informações sobre país de  
origem  
(artigo 28º)

Proposta fundamentada SEF de  
concessão ou recusa de  
protecção  
(notificada requerente para  
pronuncia (10 dias)  
(artigo 29º)

Director-Nacional SEF apresenta  
proposta fundamentada ao MAI  
para decisão  
(artigo 29º)

A decisão é notificada ao  
requerente e comunicada  
CPR/ACNUR mediante  
consentim. req.  
(artigo 29º)

**Concessão**

**Estatuto  
Refugiado  
Protecção  
Subsidiária**  
(artigos 65º  
e segs)

**Recusa**

- Req pode permanecer em território nacional durante um período transitório (30 dias), ficando, após esse período, sujeito ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (artigo 31º)
- Possibilidade de Impugnação judicial para tribunais administrativos no prazo de 15 dias **com efeito suspensivo** (artigo 30º)



## Princípio da Confidencialidade

### Direitos no âmbito do procedimento de protecção

- Direito à suspensão de qualquer processo de extradição que esteja pendente à data da apresentação do pedido.
- Direito à suspensão de qualquer procedimento administrativo ou processo criminal por entrada irregular em território nacional
- Direito ao aconselhamento jurídico directo em todas as fases do procedimento, pelo Conselho Português para os Refugiados
- Direito a informação sobre o processo, direitos e deveres, numa língua que compreendam ou seja razoável presumir que os requerentes compreendam;
- Direito à emissão de Autorização de Residência Provisória após admissão do pedido
- Beneficiar de serviços de um intérprete para assistir na formalização do pedido e durante o respectivo procedimento:
  - Acompanhamento por mandatários judiciais na prestação de declarações;
  - Direito ao apoio judiciário, de acordo com a lei geral
  - Direito à tradução de documentos;
  - Liberdade de circulação em território nacional, com excepção dos pedidos apresentados em postos de fronteira durante a fase de admissibilidade.

## **Direitos Económico-Sociais no âmbito do procedimento de protecção**

- Direito ao apoio social,
- Direito à saúde,
- Direito ao trabalho,
- Direito ao ensino

## **Deveres no âmbito do procedimento de protecção**

- Manter o GAR do SEF informado sobre a sua residência, devendo comunicar qualquer alteração de morada;
- Dever de comparecer perante as autoridades sempre que solicitado;
- Dever de colaborar com as autoridades portuguesas na comprovação e apuramento da verdade dos factos invocados no pedido de protecção;
- Permitir a recolha das impressões digitais de todos os dedos, desde que tenha pelo menos 14 anos de idade, nos termos previstos no Regulamento UE 603/2013, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Junho, relativo à criação do Sistema EURODAC de comparação de impressões digitais

# Obrigada

monica.farinha@cpr.pt  
www.cpr.pt

